



## *Trabalho Penitenciário, Suas Afetividades e Violências: Um relato de pesquisa*

*Penitentiary Work, Its Affectivities and Violence: A research report*

Analiía Soria Batista\*

\* Professora Adjunta de Sociologia da Universidade de Brasília.

**Resumo:** O artigo relata uma pesquisa sobre afetividades e violências no trabalho penitenciário. O processo de construção do problema, as conjecturas e as análises aconteceram em campo. O método consistiu na observação de pistas que obrigavam ao esforço empírico, à associação com conhecimentos acumulados e à reflexão sociológica. O resultado foi a construção de um modelo de análise do trabalho penitenciário que considera dimensões micro e macro políticas associadas.

**Palavras chave:** Trabalho Penitenciário; afetos; violências; gestão prisional; desigualdades sociais.

**Abstract:** The article reports a research on affectivities and violence in penitentiary work. The problem-building process, the conjectures and the analyzes took place in the field. The method consisted in the observation of clues that forced the empirical effort, the association with accumulated knowledge and the sociological reflection. The result was the construction of a model of analysis of penitentiary work that considers micro and macro political dimensions associated.

**Keywords:** Penitentiary work; Affections; Violence; Prison management; social differences.



### Introdução

Competir por editais de pesquisa lançados por órgãos do Estado com o intuito de orientar as políticas públicas pode permitir avanços na pesquisa sociológica, na ausência de outros financiamentos razoáveis para realizá-la. O objetivo do artigo é justamente relatar a experiência de construção e análise de um problema de pesquisa acerca dos afetos e as violências do trabalho penitenciário, que foi possível no marco do engajamento em uma demanda do Estado para estudar o perfil profissional dos Agentes Penitenciários e formular políticas de formação e treinamento para a categoria. Dois aportes foram fundamentais para o sucesso da empreitada sociológica: o financiamento do Estado e o ingresso facilitado às prisões.

A pesquisa para atender à demanda do Estado se realizou entre os anos de 2006-2007 nas prisões do Distrito Federal e de Goiás, período que também foi aproveitado na elaboração do problema sociológico de pesquisa aqui relatado, suas conjecturas e análises. No período compreendido entre os anos de 2009-2010 se deu continuidade aos estudos nas prisões, com intuito de esclarecer e aprofundar as descobertas anteriores, focando no DF. Em 2016, se iniciou uma nova fase da pesquisa no DF, com a incorporação de Agentes como pesquisadores.

A partir de aqui o relato está organizado como segue. Primeiro se relatam as pistas na construção de um problema de interesse sociológico nas prisões; segundo, a experiência da análise do trabalho nas prisões do DF e de Goiás e as descobertas respectivas;

na sequência se narra o enigma da eficácia do trabalho de segurança nas prisões do DF e para finalizar, se apresenta a conjectura acerca do *rol* político do trabalho penitenciário.

### As pistas e as descobertas

O estudo relativo à demanda do Estado possibilitou a abertura generosa dos portões das prisões e marcou o início da construção do problema, da elaboração das conjecturas, dos aprofundamentos empíricos e das análises, ao mesmo tempo. Por isso, as experiências narradas não apresentam nem completude nem coerência perfeita, na medida em que a construção em campo de um problema de pesquisa, que no início é apenas intuído, acontece em função de pistas (Ginzburg, 1992) diversas e aparentemente negligenciáveis e que frequentemente dizem respeito a realidades mais profundas e densas a serem reveladas com esforços empíricos, interpretativos e reflexivos.

1. As continuidades e rupturas nas áreas externas dos presídios

A prisão é um lugar produzido pela sociedade para albergar os tidos como desviados sociais. Mas um lugar é ao mesmo tempo paisagem. A paisagem desenhada em torno da heterotopia do desvio (Foucault, 2013) aguçou a curiosidade. Nas entradas aos presídios se observaram as características geográficas e estéticas dos entornos, a distância dos subúrbios, da administração do poder, dos



bairros dos ricos, a visibilidade imediata ou invisibilidade dos prédios das unidades prisionais, o aspecto cuidado ou descuidado das construções, a presença ou ausência de comércios para atender às necessidades dos familiares dos presos. Se observaram as medidas externas de segurança, as guaritas da Polícia Militar a caminho dos prédios, as torres altivas de controle por detrás dos alambrados, as grades. Se pensou nos aspectos que resultavam familiares e nos surpreendentes.

Uma questão notável nas observações foi a diferença das entradas nos presídios do DF e de Goiás, do ponto de vista dos elementos geográficos e estéticos que denotavam a continuidade ou a ruptura entre a prisão e a cidade. No DF se observou muito mais a ruptura entre a paisagem do presídio e a da cidade; em Goiás, a continuidade.

Estes aspectos constituíam os sintomas de uma realidade complexa e invisível. Incrustados na geografia e na estética, as entradas às prisões do DF e de Goiás produziam a sensação de continuidade ou de ruptura entre o presídio e a cidade e surgiam como indícios externos das formas diferenciadas de gestão adotadas nas prisões.

Posteriormente, se descobriu que no DF a ruptura entre as paisagens da prisão e do subúrbio era a pista inicial que prefigurava o modo de gestão prisional, baseado no controle do Estado sobre os presos e no combate incansável aos indícios do gueto (Wacquant, 2004), na manifestação das práticas culturais e

formas de organização em grupos ou gangues dos jovens pobres negros.

Em Goiás a continuidade entre a paisagem do subúrbio e da penitenciária era a pista que revelava a presença do gueto na prisão, com o controle da gestão em mãos das lideranças dos comandos e a permissão, indiferença ou conluio do Estado com as ilegalidades praticadas pelos presos.

Estas associações entre aspectos exteriores das prisões e os modos de gestão prevalentes foram possíveis em função do conhecimento acumulado e na medida em que se avançava na formulação do problema. Também foram incentivadas pela paulatina constatação da fraca pertinência dos enfoques clássicos para analisar a realidade das prisões brasileiras, pista discutida a seguir.

## 2. Enfoques clássicos e estranhamento

Experimentava-se a urgência de abrir as portas do topo do desvio, conversar com a maior quantidade possível de funcionários e presos, caminhar pelos pavilhões e celas comuns, observar as inscrições nas paredes, as cores, as grades, deter o olhar nos pátios, nas celas do seguro.

As primeiras observações no presídio do DF levaram a certo conformismo teórico-analítico. A organização burocrática do trabalho de segurança, com suas rotinas estabelecidas e o



disciplinamento dos presos constituíam aspectos congruentes com uma leitura clássica e nada surpreendente do ambiente prisional, baseada em Goffman (2003) e em Foucault (1987), mas que a observação de outras pistas a revelaria insuficiente.

As observações nas prisões de Goiás problematizaram a pertinência desses enfoques. Os conceitos de instituição total ou de disciplinamento repetidos frequentemente nas análises das prisões constituíam narrativas exóticas, que confrontadas com a realidade produziam o estranhamento.

O conhecimento dos enfoques clássicos sobre as prisões foi a bússola inicial, mas as observações densas sem o patrulhamento dessas abordagens elegantes revelaram distonias e alertaram para a importância de se considerar conhecimentos históricos e culturais na compreensão destes espaços sociais.

Em Goiás, presos perambulavam paradoxalmente em liberdade, conversavam animadamente em pequenos grupos, fumavam, jogavam bola ou cartas, entre outras atividades. Os guardas não demonstravam preocupação com a segurança nem seguiam rotinas para lidar com os presos. Os detentos recebiam a denominação de reeducandos e a semântica do castigo na prisão era denotada por todos como “mamão com açúcar”.

A ênfase dos funcionários na importância da ressocialização dos detentos e no *rol* da gestão do presídio pelos próprios presos nessa ressocialização foi a pista que conduziu à análise da veracidade das informações. A relação entre ressocialização e autonomia dos presos na gestão do presídio foi confrontada com as

queixas dos familiares acerca das exigências impostas pelos líderes dos comandos, que os obrigavam a conseguir dinheiro para garantir o lugar de descanso do preso e a sua segurança.

O subterfúgio da ressocialização dos presos utilizado pelos Agentes do Estado pretendia encobrir os acordos espúrios com as lideranças dos detentos no marco dos quais as ilegalidades que conduziam os pobres à perda da liberdade eram, por diferentes razões promovidas pelo próprio Estado.

Inicialmente, os enfoques clássicos das prisões pareciam adequados às unidades no DF, com suas rotinas de segurança estabelecidas e respeitadas por internos e Agentes. A entrada às unidades foi precedida de inúmeras medidas de segurança e se transitava pela prisão de maneira tensa e monitorada por policiais com seus armamentos. Os presos eram impedidos de fixar o olhar nos policiais e nos pesquisadores e cada passo era acompanhado pelo respeito às rotinas.

Uma pista surgida das conversas com os Agentes foi a ênfase dada por todos à burocratização do trabalho penitenciário na consecução da segurança no presídio. A normalização do trabalho permitia analisar o antes e o depois do trabalho na prisão. Fotos do presídio antes da burocratização mostravam os pátios nos dias de visita, cobertos por lençóis a modo de tendas que ocultavam as atividades dos internos e de seus familiares. Recortes de jornais com notícias sobre a última rebelião, acontecida em 2001, eram utilizados para apoiar os argumentos do papel central da organização burocrática do trabalho na segurança prisional.



Parecia convincente a relação entre burocratização e controle dos procedimentos e, por esta via, a construção da segurança. Mas as narrativas demasiadamente homogênea dos Agentes acerca da importância da organização burocrática do trabalho na construção da segurança no presídio e a ênfase em observar estas práticas como modelo virtuoso de gestão prisional, gerou dúvidas e levou a forçar a indagação sobre práticas informais de punição e de trocas espúrias entre Agentes e presos, como aspectos de reforço no sucesso do trabalho de segurança.

A abordagem de Goffman (2003) se revelou insuficiente para compreender as dimensões históricas estruturais e de ação vislumbradas no problema em construção das relações entre o Estado e os pobres nas prisões. Foucault apontava para a função da prisão no disciplinamento da força de trabalho na sociedade capitalista. E permitiu posteriormente a interrogação sobre a natureza da punição nas prisões brasileiras que congregam jovens pobres negros excluídos, considerados descartáveis do ponto de vista econômico.

Se compreendeu que as pistas conduziam à construção de um problema complexo que podia ser melhor abordado da perspectiva histórica e sociológica. Em conversa com o professor Edson Farias, tomou-se a decisão de interpelar a história cultural para análise das relações entre o Estado e os pobres no Brasil e a produção do *habitus* (Bourdieu, 1983) de relacionamento entre esses agentes sociais.

Carvalho (1987), com sua análise sobre a fundação da República brasileira, possibilitou a conjectura da presença de relações e interações espúrias entre os Agentes e os detentos nas prisões. Por essa via, chegou-se à conclusão da atualização dessas relações e interações nas prisões por meio do *habitus* nas formas de percepção, apreciação e ação que enlaçam Agentes e detentos na realização do trabalho penitenciário.

### 3. A revelação no incidente nas Prisões de Goiás

Um incidente nas prisões de Goiás exerceu forte influência na construção mais acabada do problema, das conjecturas e das análises. Considera-se esse incidente sintoma relevante da natureza das relações entre o Estado e os pobres nas prisões. Que incidente foi esse?

A equipe de pesquisadores em Goiás se preparava para um dia de entrevistas junto às autoridades do presídio e os agentes prisionais. Se chegou cedo e depois da identificação na guarita externa da Polícia Militar, a equipe foi orientada a se dirigir ao setor da administração, onde se aguardaria para entrada na prisão e as entrevistas junto aos Agentes.

O café da repartição pública era bebido com fruicção no aguardo dos funcionários encarregados de conduzir a equipe para o interior da prisão. A demora estava incomodando um pouco pois o tempo para o levantamento era planejado, e os imprevistos sempre



<sup>1</sup> A discussão sobre modos de gestão diferentes nos presídios do DF e de Goiás e a questão do *habitus* nas relações entre o Estado e a sociedade se publicou no artigo Estado e Controle nas prisões, em 2009.

<sup>2</sup> Sobre as condições de trabalho dos Agentes do DF e de Goiás se publicou Condições de trabalho dos Agentes Penitenciários do DF e de Goiás, em 2008.

<sup>3</sup> O aprofundamento na compreensão do trabalho de segurança burocratizado nas prisões do DF resultou na publicação “O trabalho de Segurança: Uma rotina que engole” (Batista, 2007).

acabam atrapalhando o andamento da investigação. Se decidiu ficar do lado de fora da administração, observando os internos que faziam tarefas de jardinagem e fumavam maconha. O perambular dos presos e a fumaça de cigarros tão peculiares constituíam mais um indicio de relações e interações sociais singulares com o poder do Estado.

Nesse momento, iniciou-se uma salva de tiros vindos da prisão alvo da pesquisa. Houve correria e a obrigação da equipe se refugiar no edifício da administração. Os funcionários se movimentavam nervosamente, portas abriam e fechavam com estrondo. Os tiros continuavam. A equipe presenciou a chegada da Polícia Militar e ouviu muitos mais tiros durante um período considerável de tempo. A equipe foi orientada a se retirar do presídio e voltar em um outro momento.

Por um tempo foi possível observar os movimentos e as falas nervosas dos funcionários. Se conversou com algum deles e se soube que rumores de motim dos presos nas unidades tinham levado a solicitar o ingresso da Polícia Militar para pacificar o local. Telefones celulares, armas e drogas foram tirados dos presos pelos policiais, em represália aos rumores de motim. Uma das alas da prisão tinha resistido à entrada da polícia, mas finalmente foi subjugada.

Este incidente provocou uma ruptura no padrão aparente de atividades da prisão constituindo um indicio da natureza das relações entre os Agentes e os presos. A partir desse momento ficou evidente a natureza espúria das relações entre o Estado brasileiro e

a população mais pobre, reveladas no topos do desvio que constitui a prisão, mas, evidentemente, não restrito a ele.

O incidente de Goiás esclareceu a presença de modos de gestão prisional diferentes no DF e em Goiás, que podiam ser compreendidos sociologicamente, analisando as relações entre os Agentes e os presos a partir da noção de *habitus* e, ainda, da categoria trabalho penitenciário. Ambos modos de gestão eram caudatários do mesmo *habitus* de relacionamento entre Estado e população mais pobre<sup>1</sup>.

### O segredo do trabalho penitenciário

A formação e a experiência na área do trabalho permitiu explorar a fundo as atividades penitenciárias nas prisões do DF e de Goiás<sup>2</sup>. A compreensão mais acabada do trabalho burocrático na prisão do DF da perspectiva dos Agentes se baseou em uma única entrevista transcrita em cem páginas. O informante, um Agente próximo da aposentadoria, se dispôs a narrar a história do trabalho penitenciário em relação com sua biografia. O Agente não apenas tinha disposição para dialogar sobre seu trabalho, mas também estava disposto a refletir sobre sua trajetória na moldagem de uma instituição que ao mesmo tempo o tinha moldado. As demais entrevistas, cerca de cinquenta e realizadas nesse número em função das exigências acreditadas à demanda do Estado contribuíram menos na compreensão do trabalho na prisão<sup>3</sup>.



Em Goiás as cinquenta entrevistas com os Agentes resultaram também menos importantes que as conversas informais. Alguns Agentes queriam ser ouvidos sobre aspectos do trabalho cotidiano driblando a interdição do grupo de pertença no exercício do controle das informações, mecanismo utilizado para evitar o conhecimento pelos *outsiders* dos aspectos maculados do trabalho.

A pesquisa junto aos presos no DF teve que se adequar às exigências dos Agentes que escolhiam os detentos “classificados” para as dinâmicas dos grupos focais e inclusive em numero um pouco menor ao exigido pela dinâmica “por questão de segurança”. Os internos escolhidos se submetiam ao disciplinamento institucional e por isso tinham conquistado vagas de trabalho e/ou nas escolas para estudar. Essa política da administração penitenciária constituía mais um indicio da natureza das relações entre os Agentes e os presos.

A dinâmica dos grupos focais teve lugar sob custodiada distanciada dos policiais e se percebeu o quanto a linguagem da assistência social do Estado tinha sido apropriada pelos presos. A maior parte aludia às famílias desestruturadas na origem de seus crimes. Em geral, se achavam injustiçados pela disciplina rígida na prisão e não conseguiam se responsabilizar pelos seus atos. Os presos deixaram transparecer que a disciplina rígida e as rotinas do trabalho prisional eram também acompanhadas por acordos com os Agentes. Se os detentos colaboravam com a segurança, em troca recebiam tratamento privilegiado.

Em Goiás, os grupos focais foram descontraídos e aparentemente os presos participaram por vontade própria nas dinâmicas. O numero exigido de presos para as dinâmicas foi consentido. Os presos se mostravam confortáveis para falar sobre os crimes alardeando, inclusive dos homicídios cometidos e mostrando o quanto os fatos eram fortuitos. Avaliavam a vida na prisão como tranquila e enfatizavam que eles mesmos a gestionavam, indicando os espaços mais disputados, como as cantinas que permitiam agilidade no tráfico de drogas.

A prisão é um lugar onde se obtém e garimpa a informação. Agentes e presos tem seus próprios grupos militantes, isto é, aqueles autorizados a fazer o trabalho sujo (Hughes, 1962). Irmandades de Agentes e de presos que fazem o trabalho sujo nos bastidores da prisão constroem seus laços endógenos de solidariedade, têm seus próprios códigos e utilizam técnicas poderosas de controle das informações (Goffman, 1959) em face da curiosidade dos *outsiders*. Conhecer as práticas do trabalho penitenciário que enlaçam Agentes e presos é difícil. Para isso a pesquisa tem que considerar o modo como os grupos manipulam seus estigmas sociais e profissionais e os efeitos dessas manipulações na construção do conhecimento de suas práticas.

A pesquisa do trabalho penitenciário apontou que formas de gestão prisional opostas, como as observadas no DF e em Goiás são caudatárias do mesmo *habitus* de relacionamento entre o Estado e os pobres, caracterizado pela natureza espúria das relações. Esse *habitus* fica evidente nas características do trabalho penitenciário



nas prisões de Goiás. No DF a opacidade das relações espúrias entre o Estado e os pobres é produzida pela burocratização do trabalho de segurança.

Em Brasília o Estado controla a vida íntima dos presos e foca a gestão na segurança prisional. Para isso organiza o trabalho na base de rotinas, que tem que ser cumpridas a risca. Mas também utiliza outros subterfúgios para conseguir a disciplina e o controle. As práticas informais implicam em punições e barganhas com os presos para conseguir sua colaboração na delação dos indícios do gueto, cuja dinâmica dentro da prisão é combatida.

Em Goiás a vida íntima é organizada pelos presos e suas lideranças sob anuência dos Agentes. Na prisão os detentos podem comercializar drogas, ter celulares e armas, em troca têm que evitar fugas e mortes. Cada preso que ingressa é disputado pelos comandos e imediatamente incorporado nas dinâmicas delituosas. De forma ambivalente, o Estado combate e promove o gueto, na medida em que as mesmas práticas que levam a um número significativo de jovens pobres negros para a prisão, acabam sendo realizadas lá dentro sob a indiferença ou incentivo do Estado.

As descobertas até aqui realizadas possibilitaram associar ao trabalho penitenciário à produção e reprodução da marginalidade dos jovens pobres negros que lotam as prisões, tanto no DF como em Goiás. Nesse sentido, o trabalho dos Agentes comparece como mecanismo privilegiado de produção e reprodução da ordem que impera na sociedade.

## 1. Trabalho penitenciário estigma e punição

O foco analítico no trabalho penitenciário, atividade que relaciona Agentes e presos e que produz, reproduz e recria o *habitus* apontou para mais um sintoma da realidade densa: o estigma do trabalho sujo dos Agentes. A observação do estigma profissional dos Agentes nas alusões ao sentimento de vergonha envolvendo as atividades junto aos presos motivou a discussão da categoria trabalho sujo que apontou para a importância de se considerar analiticamente, os vínculos entre o grupo de trabalhadores sujos e o restante da sociedade.

Em conversas informais se constatou o quanto pesa nos Agentes o mandato social punitivo sobre os jovens pobres negros que lotam as prisões. Esse mandato é autorização, mais ou menos inconsciente, de realizar o trabalho sujo de orquestrar as mais diversas e cruéis punições.

A punição dos presos é uma prática informal arraigada no trabalho penitenciário que determina diversos castigos (físicos, morais e psíquicos). Mas a punição também opera na opacidade dos mecanismos afetivos do trabalho penitenciário, os que produzem, reproduzem e recriam a subalternização de grupos sociais determinados.

No DF a produção e reprodução da subalternização se manifesta em diversas práticas identificadas nas observações, como as de humilhação dos presos. Por exemplo, a proibição de olhar de



<sup>4</sup> O trabalho prescrito é a ordem normativa do trabalho e o trabalho real diz respeito às atividades cotidianas dos trabalhadores. O trabalho prescrito não é respeitado pelos trabalhadores. Interessa saber como os trabalhadores lidam com o mandato técnico do trabalho e que outros mecanismos de construção da segurança nas prisões, diferentes dos prescritos, são produzidos pelos Agentes para construir e manter a ordem e o controle e disciplina nas prisões. Trabalhar é preencher o espaço entre o prescrito e o afetivo (Dejours, 2008, p. 39).

<sup>5</sup> O Trabalho emocional indica que todo trabalho humano tem uma dimensão técnica e uma emocional. Esta última se revela na existência de uma ordem afetiva do trabalho que exige dos trabalhadores a expressão de determinadas emoções e o controle de suas emoções autênticas. Sentimentos e emoções são convertidos em ferramentas do trabalho, configurando uma ordem emocional que deve ser respeitada. (Hochschild, 1983). Isto não significa que as demandas afetivas do trabalho prescrito sejam simplesmente assumidas pelos trabalhadores. Da mesma forma que os trabalhadores lidam com a ordem técnica do trabalho desafiando as prescrições; enfim, lidam com as prescrições afetivas do próprio trabalho (Hochschild, 1983).

<sup>1</sup> O aprofundamento da compreensão do trabalho penitenciário no DF especialmente a identificação das

forma direta para os Agentes e visitantes dos presídios ou a obrigação dos presos de caminhar com posturas corporais de submissão, mas fundamentalmente é produzida nas trocas espúrias entre Agentes e presos em torno dos direitos a vagas de trabalho, de educação e de marcações para os atendimentos médicos, recursos sempre escassos nas prisões. Estas práticas afetivas apontam para a ausência da ressocialização dos presos e influenciam no movimento pendular dos jovens pobres negros: da prisão para o gueto e do gueto para a prisão.

Em Goiás, os presos organizados em comandos gerenciam o presídio e nos pátios foi observado que são livres para realizar as mesmas atividades criminais que os condenaram à prisão. É por essa razão que o trabalho penitenciário de omissões e de acordos e de trocas espúrias com os internos produz e reproduz a permanência dos pobres no crime e garante sua marginalidade. O lugar onde as classes médias e as elites mais conservadoras desejam que os pobres permaneçam.

A natureza do trabalho penitenciário e sua centralidade para compreender as funções das prisões na produção e reprodução da ordem social, por meio das afetividades e violências processadas em nível micro sociológico emergiu na pesquisa como resultado do jogo dinâmico entre observações no campo de pistas ou indícios, aprofundamentos empíricos, conhecimento acumulado e adquirido mais recentemente e reflexão sociológica.

### O enigma do trabalho de segurança eficaz no DF

Em Goiás e em parte significativa dos presídios brasileiros, os internos fazem a gestão da prisão. A gestão no DF baseada na iniciativa do Estado que controla a vida íntima dos detentos se apresentou como um caso interessante para aprofundamento da discussão do *habitus* e da influência do trabalho penitenciário na produção e reprodução da marginalidade dos jovens pobres negros.

Cursos de Segurança Pública e Cidadania, financiados pela SENASP e ministrados pelo Departamento de Sociologia atraíram alunos Agentes Penitenciários de Brasília. Implementou-se aqui a estratégia de manter conversas demoradas com estes alunos e de orientar suas monografias sobre as características da gestão penitenciária no DF. Foi assim que se conseguiu identificar com certo grau de detalhe as práticas punitivas informais, as performances dos Agentes de grupo especial em revistas surpresa aos presos e as trocas espúrias com os internos em coexistência com o trabalho de segurança altamente burocratizado.

As novas informações foram reunidas apelando para categorias analíticas que permitiram aprofundar nas características do trabalho penitenciário, tendo o *habitus* de relacionamento entre o Estado e os jovens pobres negros como pano de fundo do estudo minucioso do trabalho prisional, suas afetividades e suas violências.

A título de orientação empírico-analítica, usaram-se conceitos oriundos da sociologia do trabalho, tais como as categorias de trabalho prescrito e trabalho real <sup>4</sup> e de trabalho das emoções<sup>5</sup>.



<sup>6</sup> O aprofundamento da compreensão do trabalho penitenciário no DF especialmente a identificação das relações entre as práticas burocráticas do trabalho e as práticas informais de punição e as relações espúrias entre Agentes e presos na construção da segurança se publicou no artigo “Agentes penitenciarios y trabajo de seguridad en el sistema penitenciario de Brasilia-DF, Brasil” (Batista, 2016).

As interações com os Agentes Penitenciários foram fundamentais para explorar a conjectura de que o mesmo *habitus* de relacionamento entre o Estado e os jovens negros pobres baseado em relações e interações sociais espúrias tinha dado lugar no DF a uma forma de gestão prisional diferente à da maior parte dos presídios brasileiros, com o Estado no controle da vida íntima do presídio e a burocratização do trabalho de segurança. A burocratização produzia opacidade nas relações espúrias entre o Estado e os presos. Estas relações e as práticas informais de punição e recompensa e a burocratização do trabalho se reforçavam mutuamente na construção da segurança, foco do sistema penitenciário do DF<sup>6</sup>. Os efeitos do trabalho penitenciário em suas dimensões prescritas e reais sobre a produção e reprodução da marginalidade dos jovens pobres negros também estava garantida.

Nas prisões do DF, o Estado combate a guetização do presídio e procura impedir o as práticas ilegais dos presos. Essa interdição suspende a continuidade das práticas criminosas dos detentos sem lhes oferecer não entanto alternativas suficientes e viáveis de futura inserção na sociedade. Eles voltarão aos negócios lucrativos do tráfico e/ou se envolverão em outros crimes.

#### **Agentes Penitenciários integram o grupo de pesquisa**

Os últimos esforços de pesquisa apontaram para a importância de integrar na compreensão das instituições prisionais o

público interessado, isto é, aos Agentes Penitenciários e eventualmente aos ex-detentos. Nova pesquisa se iniciou em 2016 nas prisões do DF, com a incorporação de Agentes como pesquisadores. O foco da pesquisa é nas descrições densas das interações cotidianas entre Agentes e presos que se sabe pertencem a grupos ou gangues que proliferam no DF.

#### **Fim do relato**

As pistas identificadas e relatadas que conduziram ao problema sociológico, às conjecturas e análises propiciaram o conhecimento de uma realidade profunda nas prisões.

Os modos de gestão podem mascarar essa realidade, como no caso do DF, ou mostra-la de forma escancarada, como é o caso de Goiás. No DF podem ter lugar punições físicas, morais e psicológicas orquestradas pelos Agentes. Já em Goiás, ocorre pelas mãos dos próprios detentos reunidos em grupos, as gangues que disputam o controle da prisão, sob o olhar indiferente dos Agentes. Mas, parte importante do segredo punitivo quando observado em perspectiva micro-sociológico e histórico-estrutural se concentra no trabalho penitenciário. Tanto no DF como em Goiás o trabalho penitenciário é o mais poderoso mecanismo de punição, porque preenche das afetividades que produzem, reproduzem e recriam o *habitus* de relacionamento entre o Estado e a sociedade que contribui para manter os pobres na margem da sociedade.



### Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: O nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *O Corpo Utópico, as Heterotopias*. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

GOFFMAN, Erving. *The Presentation of Self in Every Day Life*. Nova York, Anchor Books, 1959.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais, Morfologia e Historia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HUGHES, Everett, C. “Good People and Dirty Work”. *Social Problems*, 10: 3-11, 1962.

SORIA BATISTA, Analiá. “Agentes penitenciários y trabajo de seguridad en el sistema penitenciario de Brasilia-DF, Brasil”. In: Cholé Constant. (Org.): *Pensar las Cárceles en América Latina*. Iaed.Lima (Perú): Instituto Frances de Estudios Andinos-IFEA, Laboratorio de criminología de la PUCO, Escuela de Gobie, 2016, v. 000000, p. 109-126.

SORIA BATISTA, Analia. “Estado e Controle nas Prisões”. *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), v. 22, p. 399-410, 2009.

SORIA BATISTA, Analiá. “Condições de trabalho dos agentes penitenciários do Distrito Federal e de Goiás”. In: Sadi Dal Rosso, José Augusto Abreu Sá Fortes. (Org.): *Condições de trabalho no limiar do século XXI*. Brasília: Epoca, 2008, v. , p. 163-171.

SORIA BATISTA, Analiá. “Agentes Penitenciários: O trabalho de segurança como uma rotina que engole”. In: Arthur Costa; Lourdes Bandeira. (Org.): *A Segurança Pública no DF. Práticas Institucionais e Dilemas Culturais*. Brasília: LGE, 2007, v. , p. 188-221.

WACQUANT, Loic. “Que é gueto?. Construindo um conceito sociológico”. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba , no. 23, 2004, p. 155-164.